



SUMÁRIO

1. JURISDIÇÃO	59
1.1. Conceito	59
1.2. Equivalentes jurisdicionais.....	61
1.2.1. Autotutela.....	61
1.2.2. Formas consensuais de solução de conflitos	62
1.2.2.1. Introdução	62
1.2.2.2. Espécies	63
1.2.2.2.1. Autocomposição	63
1.2.2.2.2. Mediação.....	64
1.2.2.2.3. Tratamento procedimental da conciliação (autocomposição) e mediação	65
1.2.2.2.3.1. Introdução.....	65
1.2.2.2.3.2. Centros judiciários de solução consensual de conflitos.....	66
1.2.2.2.3.3. Local físico da conciliação e mediação.....	66
1.2.2.2.3.4. Conciliador e mediador	67
1.2.2.2.3.5. Princípios das formas consensuais de solução dos conflitos.....	69
1.2.2.2.3.6. Cadastros	74
1.2.2.2.3.7. Remuneração do conciliador e do mediador	75
1.2.2.2.3.8. Impedimento do conciliador e do mediador	75
1.2.2.2.3.9. Causas de exclusão	76
1.2.2.2.3.10. Solução consensual no âmbito administrativo	76
1.2.2.2.3.11. Conciliação e mediação extrajudiciais.....	77
1.2.3. Arbitragem	77
1.3. Escopos da jurisdição	79
1.4. Características principais	80
1.4.1. Caráter substitutivo	80
1.4.2. Lide.....	82
1.4.3. Inércia.....	83

1.4.4.	Definitividade.....	85
1.5.	Princípios da jurisdição.....	86
1.5.1.	Investidura.....	86
1.5.2.	Territorialidade (aderência ao território).....	86
1.5.3.	Indelegabilidade.....	87
1.5.4.	Inevitabilidade.....	88
1.5.5.	Inafastabilidade.....	89
1.5.6.	Juiz natural.....	94
1.5.7.	Promotor natural.....	95
1.6.	Espécies de jurisdição.....	96
1.6.1.	Jurisdição penal ou civil.....	96
1.6.2.	Jurisdição superior ou inferior.....	96
1.6.3.	Jurisdição comum e especial.....	96
1.7.	Jurisdição voluntária.....	97
1.7.1.	Características.....	97
1.7.1.1.	Obrigatoriedade.....	97
1.7.1.2.	Princípio inquisitivo.....	98
1.7.1.3.	Juízo de equidade.....	98
1.7.1.4.	Participação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	99
1.7.2.	Natureza jurídica.....	99
1.7.2.1.	Inexistência de caráter substitutivo.....	100
1.7.2.2.	Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto.....	100
1.7.2.3.	Ausência de lide.....	101
1.7.2.4.	Não há partes, mas meros interessados.....	101
1.7.2.5.	Não há processo, mas mero procedimento.....	102
1.7.2.6.	Inexistência de coisa julgada material.....	102
1.8.	Tutela jurisdicional.....	103
1.8.1.	Espécie de crise jurídica.....	103
1.8.2.	Natureza jurídica dos resultados jurídico-materiais.....	105
1.8.3.	Coincidência de resultados com a satisfação voluntária.....	108
1.8.4.	Espécie de técnicas procedimentais.....	110
1.8.4.1.	Introdução.....	110
1.8.4.2.	Formas de concretização da tutela diferenciada.....	111
1.8.4.3.	Cláusula geral de negócio jurídico processual.....	113
1.8.5.	Cognição vertical (profundidade).....	113
1.8.6.	Sistema processual.....	114
2.	AÇÃO.....	123
2.1.	Teorias da ação.....	123
2.1.1.	Teoria imanentista (civilista).....	123
2.1.2.	Teoria concreta da ação.....	124

2.1.3.	Teoria abstrata do direito de ação.....	125
2.1.4.	Teoria eclética	126
2.1.5.	Teoria da asserção.....	127
2.2.	Condições da ação	129
2.2.1.	Introdução.....	129
2.2.2.	Possibilidade jurídica do pedido	131
2.2.3.	Interesse de agir	132
2.2.4.	Legitimidade.....	134
2.3.	Elementos da ação	137
2.3.1.	Introdução.....	137
2.3.2.	Partes.....	137
2.3.3.	Pedido.....	139
2.3.3.1.	Certeza e determinação do pedido.....	139
2.3.3.2.	Pedidos genéricos.....	141
2.3.3.2.1.	Universalidade de bens	141
2.3.3.2.2.	Demanda de indenização quando impossível a fixação do valor do dano.....	141
2.3.3.2.3.	Valor a depender de ato a ser praticado pelo réu.....	144
2.3.3.3.	Pedido implícito.....	144
2.3.3.4.	Cumulação de pedidos.....	147
2.3.3.4.1.	Requisitos para a cumulação dos pedidos.....	147
2.3.3.4.1.1.	Pedidos não podem ser incompatíveis entre si.....	148
2.3.3.4.1.2.	Mesmo juízo competente para todos os pedidos.....	148
2.3.3.4.1.3.	Identidade procedimental.....	149
2.3.3.4.2.	Espécies de cumulação.....	150
2.3.4.	Causa de pedir	152
3.	PROCESSO.....	157
3.1.	Introdução.....	157
3.1.1.	Processo como procedimento	157
3.1.2.	Processo como contrato.....	158
3.1.3.	Processo como um quase contrato.....	158
3.1.4.	Processo como relação jurídica.....	158
3.1.5.	Processo como situação jurídica.....	159
3.1.6.	Processo como procedimento em contraditório	160
3.1.7.	Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório	160
3.1.8.	Conclusão	160
3.2.	Procedimento.....	161
3.3.	Relação jurídica processual.....	161
3.3.1.	Composição	161

3.3.2.	Características	162
3.3.3.	Pressupostos processuais.....	163
3.3.3.1.	Pressupostos processuais subjetivos (juiz)	164
3.3.3.1.1.	Investidura.....	164
3.3.3.1.2.	Imparcialidade	165
3.3.3.2.	Pressupostos processuais subjetivos (partes).....	166
3.3.3.2.1.	Capacidade de ser parte	166
3.3.3.2.2.	Capacidade de estar em juízo	167
3.3.3.2.3.	Capacidade postulatória.....	169
3.3.3.	Pressupostos processuais objetivos.....	170
3.3.3.3.1.	Pressupostos processuais objetivos extrínsecos.....	170
3.3.3.3.2.	Pressupostos processuais objetivos intrínsecos.....	171
3.3.3.3.2.1.	Demanda	171
3.3.3.3.2.2.	Petição inicial apta.....	171
3.3.3.3.2.3.	Citação válida.....	172
3.3.3.3.2.4.	Regularidade formal.....	173
3.4.	Princípios processuais.....	173
3.4.1.	Devido processo legal.....	173
3.4.2.	Contraditório	174
3.4.2.1.	Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação	175
3.4.2.2.	Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz.....	176
3.4.2.3.	Contraditório como forma de evitar surpresa às partes.....	177
3.4.2.4.	Contraditório inútil	179
3.4.2.5.	Contraditório diferido (ou postecipado).....	181
3.4.3.	Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório)	183
3.4.4.	Motivação das decisões	184
3.4.4.1.	Motivação e fundamentação.....	184
3.4.4.2.	Justificativas para a exigência da motivação das decisões judiciais.....	185
3.4.4.3.	Roteiro para a fundamentação das decisões judiciais	185
3.4.4.3.1.	Introdução	185
3.4.4.3.2.	Limitação a indicação, reprodução ou paráfrase de ato normativo	186
3.4.4.3.3.	Conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais	187
3.4.4.3.4.	Motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão	188
3.4.4.3.5.	Fundamentação exauriente x fundamentação suficiente.....	188
3.4.4.3.6.	Aplicação de súmula ou precedente como fundamento do decidir.....	190

3.4.4.3.7.	Distinção (<i>distinguishing</i>) e superação (<i>overruling</i>) como fundamento para deixar de decidir com fundamento em súmula ou precedente vinculantes.....	190
3.4.4.4	Fundamentação <i>per relationem</i>	191
3.4.4.5.	Colisão entre normas.....	192
3.4.5.	Isonomia.....	193
3.4.6.	Publicidade dos atos processuais.....	196
3.4.7.	Princípio da economia processual	198
3.4.8.	Princípio da instrumentalidade das formas	200
3.4.9.	Princípio da razoável duração do processo	202
3.4.10.	Princípio da cooperação.....	204
3.4.11.	Princípio da boa-fé e lealdade processual.....	207
3.4.12.	Primazia no julgamento do mérito	214
4.	COMPETÊNCIA	217
4.1.	Introdução.....	217
4.2.	Competência relativa e absoluta.....	218
4.2.1.	Competência relativa.....	219
4.2.1.1.	Legitimado para arguir a incompetência relativa.....	219
4.2.1.2.	Reconhecimento de ofício da incompetência relativa	221
4.2.1.3.	Momento para alegação da incompetência relativa.....	223
4.2.2.	Competência absoluta	224
4.2.2.1.	Legitimado para arguir a incompetência absoluta.....	224
4.2.2.2.	Momento de arguição da incompetência absoluta.....	224
4.2.3.	Identidades procedimentais	225
4.2.3.1.	Forma de alegação da incompetência	225
4.2.3.2	Reconhecimento da incompetência e atos processuais já praticados	227
4.3.	Critérios para fixação da competência.....	230
4.4.	Limites da jurisdição nacional	231
4.4.1.	Introdução – princípio da efetividade.....	231
4.4.2.	Competência internacional concorrente e exclusiva.....	231
4.4.3.	Litispêndência internacional.....	233
4.5.	Espécies de competência.....	234
4.5.1.	Competência territorial.....	234
4.5.1.1.	Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 46 do Novo CPC.....	234
4.5.1.2.	Direito real imobiliário – art. 47 do Novo CPC	236
4.5.1.3.	Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade, impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e ações em que o espólio for réu – art. 48 do Novo CPC.....	238
4.5.1.4.	Réu ausente – art. 49 do Novo CPC.....	239

4.5.1.5.	Réu incapaz – art. 50 do Novo CPC	239
4.5.1.6.	União	239
4.5.1.7.	Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF	240
4.5.1.8.	Estado ou Distrito Federal	241
4.5.1.9.	Ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável – art. 53, I, do Novo CPC	242
4.5.1.10.	Ação de alimentos – art. 53, II, do Novo CPC.....	243
4.5.1.11.	Pessoa jurídica como réu – art. 53, III, “a”, do Novo CPC	244
4.5.1.12.	Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 53, III, “b”, do Novo CPC	244
4.5.1.13.	Sociedade ou associação que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 53, III, “c”, do Novo CPC.....	245
4.5.1.14.	Obrigações a ser cumpridas – art. 53, III, “d”, do Novo CPC ...	245
4.5.1.15.	Direitos previstos no Estatuto do Idoso (art. 53, III, “e”, do Novo CPC)	245
4.5.1.16.	Sede da serventia notarial ou de registro	246
4.5.1.17.	Reparação de dano – art. 53, IV, “a” do Novo CPC	246
4.5.1.18.	Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 53, IV, “b”, do Novo CPC.....	247
4.5.1.19.	Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 53, V, do Novo CPC.....	247
4.5.2.	Competência funcional.....	248
4.5.2.1.	Conceito	248
4.5.2.2.	Competência funcional ou competência territorial absoluta?	249
4.5.2.2.1.	Art. 47 do Novo CPC – ações reais imobiliárias	250
4.5.2.2.2.	Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública.....	250
4.5.3.	Competência em razão da matéria	251
4.5.4.	Competência em razão da pessoa.....	252
4.5.5.	Competência em razão do valor da causa	253
4.5.5.1.	Juizados Especiais Estaduais – Lei 9.099/1995.....	253
4.5.5.2.	Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001	254
4.5.5.3.	Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009	255
4.5.5.4.	Foros regionais (distritais).....	256
4.6.	Competência da Justiça Federal	256
4.6.1.	Competência em razão da pessoa (<i>ratione personae</i>)	257
4.6.1.1.	Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”.....	257

4.6.1.1.1.	Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal.....	257
4.6.1.1.2.	Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo.....	258
4.6.1.1.3.	União e ação de usucapião.....	259
4.6.1.1.4.	Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual.....	259
4.6.1.1.5.	Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta	261
4.6.1.2.	Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País”	262
4.6.1.3.	Inciso VIII – “os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais”	262
4.6.2.	Competência em razão da matéria (<i>ratio materiae</i>)	263
4.6.2.1.	Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional”	263
4.6.2.2.	Inciso X – “(…), a execução da carta rogatória, após o <i>exequatur</i> , e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização”	263
4.6.2.3.	Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas”	263
4.6.2.4.	Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo”	264
4.7.	Prorrogação de competência.....	264
4.7.1.	Conceito	264
4.7.2.	Prorrogação legal	265
4.7.2.1.	Conexão e continência.....	265
4.7.2.1.1.	Conceito	265
4.7.2.1.2.	Insuficiência do conceito legal de conexão	266
4.7.2.1.3.	Vantagens e desvantagens da reunião dos processos	268
4.7.2.1.4.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão.....	270
4.7.2.2.	Ausência de alegação de incompetência relativa	272
4.7.3.	Prorrogações voluntárias.....	273
4.7.3.1.	Eleição de foro.....	273
4.7.3.2.	Vontade unilateral do autor	274
4.8.	Prevenção	275
4.8.1.	Conceito	275
4.8.2.	Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição.....	275
4.9.	Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 43 do Novo CPC	275

5. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	279
5.1. Introdução.....	279
5.2. Sucumbência e causalidade	279
5.3. Cabimento de condenação em honorários advocatícios.....	281
5.4. Fixação de honorários sucumbenciais em recursos	283
5.5. Valor dos honorários sucumbenciais	286
5.6. Condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários sucumbenciais	288
5.7. Sucumbência recíproca.....	289
5.8. Pagamento na pessoa da sociedade de advogados	290
5.9. Termo inicial dos juros	290
5.10. Omissão da condenação em honorários advocatícios em sentença transitada em julgado	291
5.11. Legitimidade para impugnar e executar.....	292
5.12. Direito ao ressarcimento dos honorários contratuais.....	294
6. GRATUIDADE DE JUSTIÇA	297
6.1. Beneficiários da assistência judiciária.....	297
6.2. Benefício da gratuidade	298
6.3. Gratuidade e adiantamento de honorários periciais	300
6.4. Concessão parcial de gratuidade e parcelamento.....	301
6.5. Condenação do beneficiário da gratuidade.....	301
6.6. Procedimento.....	302
6.6.1. Forma do pedido de concessão da gratuidade	302
6.6.2. Indeferimento do pedido	303
6.6.3. Deferimento do pedido.....	303
6.6.4. Impugnação à decisão concessiva do benefício.....	304
6.6.5. Instrução probatória.....	304
6.6.6. Revogação do benefício.....	304
6.6.7. Recorribilidade.....	304
6.7. Trânsito em julgado da decisão que revoga a gratuidade	305
7. LITISCONSÓRCIO.....	307
7.1. Conceito	307
7.2. Hipóteses de cabimento	308
7.3. Classificação do litisconsórcio.....	309
7.3.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto.....	309
7.3.2. Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente).....	309
7.3.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo	310
7.3.4. Litisconsórcio unitário e simples.....	311
7.4. Limitação do litisconsórcio facultativo	312

7.4.1.	Introdução	312
7.4.2.	Reconhecimento de ofício pelo juiz.....	312
7.4.3.	Pedido da parte	313
7.4.4.	Litisconsórcio recusável?	314
7.4.5.	Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo.....	314
7.5.	Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções.....	316
7.6.	Litisconsórcio ativo necessário?	319
7.7.	Existe a intervenção <i>iussu iudicis</i> no processo civil brasileiro?.....	322
7.8.	Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário.....	323
7.9.	Litisconsórcio alternativo e sucessivo.....	324
7.10.	Dinâmica entre os litisconsortes.....	324
7.10.1.	Introdução	324
7.10.2.	Atos de disposição de direito	325
7.10.3.	Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 345, I, do Novo CPC).....	325
7.10.4.	Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 1.005, <i>caput</i> , do Novo CPC)	327
7.10.5.	Produção da prova	328
7.10.6.	A confissão e o litisconsórcio.....	328
7.10.7.	Prazo para os litisconsortes	330
8.	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	335
8.1.	Intervenções típicas e atípicas.....	335
8.1.1.	Processo/fase de conhecimento	336
8.1.1.1.	Intervenções da Lei 9.469/1997	336
8.1.1.2.	Ação de alimentos	337
8.1.2.	Processo/fase de execução.....	340
8.1.3.	Ação probatória autônoma.....	341
8.2.	Assistência	342
8.2.1.	Introdução	342
8.2.2.	Assistência simples (adesiva).....	343
8.2.3.	Assistência litisconsorcial (qualificada).....	344
8.2.3.1.	Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo ulterior?	345
8.2.4.	Procedimento da assistência	346
8.2.5.	Os poderes do assistente simples.....	348
8.2.6.	Os poderes do assistente litisconsorcial.....	351
8.2.7.	Imutabilidade da justiça da decisão	351
8.2.8.	Justiça da decisão e coisa julgada.....	352
8.3.	Denúnciação da lide	354
8.3.1.	Conceito	354
8.3.2.	Hipóteses de cabimento	354

8.3.2.1.	Denúnciação da lide pelo comprador evicto.....	355
8.3.2.2.	Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 125, II, do Novo CPC).....	355
8.3.3.	Facultatividade.....	357
8.3.4.	Qualidade processual do denunciado.....	359
8.3.5.	Condenação e cumprimento de sentença diretamente contra o denunciado.....	360
8.3.6.	Denúnciação sucessiva.....	362
8.3.7.	Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor.....	362
8.3.8.	Procedimento da denúnciação pelo réu.....	363
8.4.	Chamamento ao processo.....	366
8.4.1.	Conceito.....	366
8.4.2.	Hipóteses de cabimento.....	368
8.4.3.	Procedimento.....	369
8.4.4.	Chamamento ao processo no direito do consumidor.....	370
8.5.	<i>Amicus curiae</i>	371
8.5.1.	Introdução.....	371
8.5.2.	Interesse institucional.....	372
8.5.3.	Requisitos.....	373
8.5.4.	Aspectos procedimentais.....	374
8.6.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	376
8.6.1.	Introdução.....	376
8.6.2.	Momento.....	378
8.6.3.	Procedimento.....	378
8.6.4.	Forma de defesa do sócio (ou da sociedade na desconsideração inversa).....	381
8.6.5.	Recorribilidade.....	383
8.6.6.	Fraude à execução.....	384
9.	NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E CALENDARIZAÇÃO PROCEDIMENTAL.....	387
9.1.	Negócio jurídico processual.....	387
9.1.1.	Espécies de negócios jurídicos processuais.....	387
9.1.2.	Negócios jurídicos processuais típicos.....	388
9.1.3.	Cláusula geral de negócios jurídicos processuais.....	389
9.1.4.	Objeto do negócio jurídico processual previsto no art. 190 do Novo CPC.....	390
9.1.4.1.	Introdução.....	390
9.1.4.2.	Acordo procedimental.....	390
9.1.4.3.	Posições processuais.....	391
9.1.5.	Momento.....	393
9.1.6.	Requisitos formais.....	393

9.1.6.1.	Introdução	393
9.1.6.2.	Requisitos formais gerais do negócio jurídico.....	394
9.1.6.3.	Direitos que admitam a autocomposição.....	395
9.1.6.4.	Nulidade	395
9.1.6.5.	Inserção abusiva em contrato de adesão	397
9.1.6.6.	Vulnerabilidade.....	398
9.1.7.	Limites à liberdade das partes	398
9.1.7.1.	Introdução	398
9.1.7.2.	Normas fundamentais do processo.....	399
9.1.7.3.	Normas cogentes.....	401
9.1.7.4.	Desnecessidade e incapacidade de atingir os objetivos previstos em lei.....	404
9.1.8.	Decisão que decreta a invalidade do negócio jurídico processual .	404
9.1.9.	Casuística	405
9.2.	Calendário procedimental	406
9.2.1.	Introdução	406
9.2.2.	Negócio jurídico plurilateral	407
9.2.3.	Momento de definição do calendário.....	408
9.2.4.	Revisão excepcional do calendário.....	408
10.	ATOS PROCESSUAIS.....	411
10.1.	Introdução.....	411
10.2.	Da Prática Eletrônica de Atos Processuais.....	412
10.2.1.	Introdução	412
10.2.2.	Atos processuais por meio eletrônico.....	412
10.2.3.	Prática eletrônica de atos notariais e de registro.....	412
10.2.4.	Garantias dos sistemas de automação processual.....	413
10.2.5.	Publicidade.....	413
10.2.6.	Acesso e participação das partes e de seus procuradores.....	414
10.2.7.	Garantias de natureza técnica	414
10.2.8.	Registro do ato processual eletrônico.....	415
10.2.9.	Regulamentação da prática e da comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico.....	416
10.2.10.	Caráter oficial das informações processuais prestada pelos sistemas dos tribunais.....	416
10.2.11.	Problemas técnicos e erro ou omissão do auxiliar da justiça responsável pelo registro dos andamentos	416
10.2.12.	Facilitação no acesso aos autos eletrônicos	417
10.3.	Dos atos das partes.....	417
10.3.1.	Eficácia imediata dos atos processuais	417
10.3.2.	Direito de exigir recibo	418
10.3.3.	Cotas marginais ou interlineares	418

10.4.	Dos Pronunciamentos do Juiz.....	418
10.4.1.	Pronunciamentos do juízo de primeiro grau	418
10.4.1.1.	Sentença.....	419
10.4.1.2.	Decisão interlocutória.....	419
10.4.1.3.	Despacho	419
10.4.1.4.	Decisão interlocutória x despacho.....	420
10.4.1.5.	Atos ordinatórios	420
10.4.2.	Pronunciamentos proferidos em tribunal.....	421
10.4.2.1.	Acórdão	421
10.4.3.	Requisitos formais dos pronunciamentos judiciais.....	421
10.4.4.	Publicação dos pronunciamentos	422
10.5.	Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria.....	422
10.5.1.	Autuação.....	422
10.5.2.	Numeração e rubrica das folhas dos autos.....	423
10.5.3.	Termo de juntada, vista e conclusão	423
10.5.4.	Métodos de registro dos atos processuais.....	424
10.5.5.	Formalidades materiais dos atos e termos processuais.....	424
10.6.	Do tempo dos atos processuais.....	425
10.6.1.	Dias úteis das 06:00 às 20:00	425
10.6.2.	Momento para a prática eletrônica de ato processual	426
10.6.3.	Atos praticados durante as férias forenses e feriados.....	427
10.7.	Do lugar da prática dos atos processuais.....	428
10.8.	Dos prazos.....	429
10.8.1.	Espécies de prazos processuais.....	429
10.8.2.	Comparecimento em juízo.....	430
10.8.3.	Ato praticado antes do início da contagem do prazo	430
10.8.4.	Contagem do prazo	431
10.8.5.	Intimação tácita por meio eletrônico	432
10.8.6.	Suspensão e interrupção do prazo.....	432
10.8.7.	Obstáculo criado pela parte contrária.....	434
10.8.8.	Foro onde for difícil o transporte.....	435
10.8.9.	Vedação à redução de prazo sem a anuência das partes	435
10.8.10.	Preclusão.....	436
10.8.11.	Extinção do direito de emendar o ato processual.....	437
10.8.12.	Contagem do prazo	438
10.8.13.	Indisponibilidade dos sistemas de informática	438
10.8.14.	Publicação no diário oficial.....	439
10.8.15.	Renúncia ao prazo recursal.....	439
10.8.16.	Prazos para o pronunciamento judicial	440
10.8.17.	Prazos para os serventuários da justiça.....	441
10.8.18.	Termo inicial do prazo	442

10.8.19.	Contagem e fluência do prazo.....	442
10.8.20.	Atos da parte	444
10.8.21.	Atos praticados por carta	444
10.8.22.	Excesso de prazo pelo serventuário.....	445
10.8.23.	Restituição dos autos	445
10.8.24.	Excesso de prazo pelo magistrado	446
10.9.	Comunicação dos atos processuais.....	448
10.9.1.	Formas de comunicação	448
10.9.2.	Citação	448
10.9.3.	Intimação.....	448
10.9.3.1.	Conceito	448
10.9.3.2.	Meios de intimação	449
10.9.3.3.	Responsável pela intimação.....	449
10.9.3.4.	Intimação da Fazenda Pública	450
10.9.3.5.	Intimação por meio eletrônico.....	451
10.9.3.6.	Intimação por publicação no órgão oficial	451
10.9.3.7.	Intimação em nome da sociedade de advogados.....	451
10.9.3.8.	Requisitos formais da publicação (nome da parte, do advogado ou da sociedade).....	452
10.9.3.9.	Publicação em nome de advogado indicado.....	453
10.9.3.10.	Retirada dos autos de cartório	453
10.9.3.11.	Alegação da nulidade.....	454
10.9.3.12.	Intimação pessoal do advogado.....	454
10.9.3.13.	Intimação pelo correio.....	454
10.9.3.14.	Intimação pelo escrivão ou chefe de secretaria.....	455
10.9.3.15.	Intimação por oficial de justiça.....	455
10.9.3.16.	Intimação ficta.....	455
10.9.4.	Cartas.....	456
10.9.4.1.	Espécies	456
10.9.4.2.	Carta de ordem	456
10.9.4.3.	Carta rogatória.....	457
10.9.4.5.	Carta precatória.....	457
10.9.4.6.	Carta arbitral.....	457
10.9.4.7.	Requisitos formais.....	458
10.9.4.8.	Prazo para cumprimento.....	459
10.9.4.9.	Princípio do contraditório.....	460
10.9.4.10.	Caráter itinerante.....	460
10.9.4.11.	Transmissão da carta por telefone.....	461
10.9.4.12.	Impulso oficial	462
10.9.4.13.	Recusa no cumprimento da carta.....	462
10.9.4.14.	Devolução da carta.....	465

10.10.	Ordem cronológica de julgamento	465
10.10.1.	Introdução	465
10.10.2.	Publicidade.....	466
10.10.3.	Requerimento em processo já incluído na ordem de julgamento..	466
10.10.4.	Exceções à ordem cronológica.....	467
10.10.5.	Dever ou faculdade?.....	468
11.	VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS	471
11.1.	Introdução.....	471
11.2.	Vício e nulidade	472
11.3.	Classificação.....	474
11.4.	Mera irregularidade.....	475
11.5.	Nulidades relativas.....	475
11.6.	Nulidade absoluta.....	477
11.7.	Inexistência jurídica.....	479
11.8.	Efeito expansivo e confinamento das nulidades	480
12.	TUTELA PROVISÓRIA	483
12.1.	Introdução.....	483
12.2.	Disposições gerais da tutela provisória	485
12.2.1.	Introdução.....	485
12.2.2.	Tutela provisória antecedente ou incidental	485
12.2.3.	Efetivação da tutela provisória	487
12.2.4.	Provisoriedade	488
12.2.4.1.	Introdução	488
12.2.4.2.	Revogação expressa ou tácita.....	488
12.2.4.3.	Tutela provisória e agravo de instrumento	490
12.2.4.4.	Fundamento e forma da revogação da tutela provisória ...	491
12.2.4.5.	Tutela cautelar concedida em sentença	493
12.2.5.	Discricionariedade e fundamentação da decisão.....	494
12.2.6.	Competência	495
12.2.6.1.	Regra de competência	495
12.2.6.2.	Críticas ao art. 299, <i>caput</i> , do Novo CPC.....	495
12.2.6.3.	Competência e prevenção do juízo.....	497
12.2.6.3.1.	Juízo competente e prevenção	497
12.2.6.3.2.	Juízo incompetente e prevenção	498
12.2.6.4.	Competência em grau recursal e em ação de competência originária de tribunal.....	498
12.3.	Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada	499
12.3.1.	Introdução.....	499
12.3.2.	Identidades	502
12.3.2.1.	Requisitos para concessão.....	502

12.3.2.2.	Caução	503
12.3.2.3.	Responsabilidade objetiva.....	505
12.3.2.3.1.	Hipóteses legais de responsabilidade objetiva.....	506
12.3.2.3.1.1	Sentença desfavorável (art. 302, I, do Novo CPC)	506
12.3.2.3.1.2.	Obtenção da liminar da tutela em caráter antecedente e não fornecimento de meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 dias (art. 302, II, do Novo CPC)..	506
12.3.2.3.1.3.	Cessação da eficácia em qualquer hipótese legal (art. 302, III, do Novo CPC)	507
12.3.2.3.1.4.	Sentença de prescrição e decadência (art. 302, IV, do Novo CPC)	507
12.3.3.	Liquidação e execução.....	508
12.3.4.	Concessão de ofício	509
12.3.5.	Audiência de justificação	509
12.3.6.	Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência	510
12.4.	Tutela antecipada	511
12.4.1.	Objeto da antecipação.....	511
12.4.2.	Processos e procedimentos compatíveis.....	514
12.4.3.	Requisito negativo – irreversibilidade	515
12.4.4.	Legitimação.....	517
12.4.5.	Momento da antecipação.....	519
12.4.5.1.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	519
12.4.5.1.1.	Procedimento.....	519
12.4.5.1.2.	Estabilização da tutela antecipada.....	521
12.4.5.1.2.1.	Introdução.....	521
12.4.5.1.2.2.	Estabilização de tutela antecipada ou de tutela provisória?.....	521
12.4.5.1.2.3.	Restrição a concessão antecedente de tutela antecipada	522
12.4.5.1.2.4.	Tutela antecipada parcial	523
12.4.5.1.2.5.	Recurso do réu.....	523
12.4.5.1.2.6.	Qual é o recurso previsto no art. 304, <i>caput</i> , do Novo CPC?.....	526
12.4.5.1.2.7.	Vontade do autor.....	527
12.4.5.1.2.8.	Litisconsórcio e assistência	528
12.4.5.1.2.9.	Extinção do processo	528
12.4.5.1.2.10.	Inexistência de coisa julgada.....	529
12.4.5.1.2.11.	Ação no prazo de 2 anos	529
12.4.5.1.2.12.	Ação rescisória.....	531
12.4.5.2.	Tutela antecipada requerida em caráter incidental.....	532

12.4.5.2.1.	Introdução	532
12.4.5.2.2.	Inaudita <i>altera parte</i>	532
12.4.6.	Sentença.....	534
12.4.7.	Fase recursal	536
12.4.8.	Tutela antecipada contra a Fazenda Pública	538
12.5.	Tutela cautelar	541
12.5.1.	Autonomia	541
12.5.2.	Sumariedade	542
12.5.3.	Instrumentalidade	543
12.5.4.	Cautelares típicas e generalidade da tutela cautelar.....	545
12.5.5.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	546
12.5.5.1.	Introdução	546
12.5.5.2.	Procedimento.....	547
12.5.5.2.1.	Petição inicial	547
12.5.5.2.2.	Contraditório na demanda cautelar	548
12.5.5.2.3.	Revelia.....	548
12.5.5.2.4.	Instrução probatória.....	549
12.5.5.2.5.	Sentença.....	549
12.5.6.	Coisa julgada material.....	550
12.5.7.	Pedido cautelar e pedido principal	552
12.5.7.1.	Concessão e efetivação da tutela.....	552
12.5.7.2.	Elaboração do pedido principal mesmo diante da não concessão ou não efetivação.....	555
12.5.8.	Cessaçãoda eficácia da tutela cautelar.....	556
12.5.8.1.	Não dedução do pedido principal no prazo legal (art. 309, I, do Novo CPC).....	556
12.5.8.2.	Ausência de efetivação da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 309, II, do Novo CPC).....	557
12.5.8.3.	Improcedência do pedido principal ou extinção terminativa do processo (art. 309, III, do Novo CPC).....	557
12.6.	Tutela da evidência	558
12.6.1.	Introdução.....	558
12.6.2.	Hipóteses de cabimento	558
12.6.2.1.	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu	558
12.6.2.2.	Fato provável e tese jurídica pacificada nos tribunais superiores	561
12.6.2.3.	Prova documental em ação reipersecutória	562
12.6.2.4.	Prova documental sem prova do réu capaz de gerar dúvida razoável ao juiz.....	562
12.6.3.	Procedimento.....	563
12.6.4.	Tutela da evidência atípica	563

13. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	565
13.1. Formação do processo.....	565
13.1.1. Formação gradual da relação jurídica processual	565
13.1.2. Momento da propositura da ação	566
13.1.3. Litispendência.....	566
13.2. Suspensão do processo	567
13.2.1. Suspensão do procedimento	567
13.2.2. Suspensão própria e imprópria.....	567
13.2.3. Decisão de suspensão do processo	568
13.2.4. Impugnabilidade da decisão de suspensão do processo	568
13.2.5. Morte ou perda da capacidade processual da parte.....	568
13.2.6. Dissolução de sociedade.....	570
13.2.7. Morte ou perda de capacidade processual do representante legal	570
13.2.8. Morte ou perda de capacidade processual do advogado.....	571
13.2.9. Convenção das partes.....	572
13.2.10. Arguição de impedimento ou de suspeição	573
13.2.11. Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	573
13.2.12. Prejudicialidade.....	574
13.2.13. Necessidade de verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada para outro juízo.....	576
13.2.14. Força maior	576
13.2.15. Acidentes e fatos da navegação de competência do tribunal marí- timo.....	577
13.2.16. Demais casos regulados pelo Novo Código de Processo Civil.....	577
13.2.17. Pelo parto ou adoção.....	578
13.2.18. Pela paternidade.....	578
13.2.19. Prazo de suspensão.....	579
13.2.20. Vedação à prática de atos processuais durante a suspensão do processo	579
13.2.21. Arguição de suspeição e impedimento do juiz	580
13.2.22. Verificação da existência de fato delituoso pela justiça criminal	580
13.3. Extinção do processo	581
13.3.1. Extinção do processo.....	581
13.3.2. Impropriedade do termo “extinção parcial do processo”	581
13.3.3. Princípio da cooperação e extinção do processo por sentença ter- minativa.....	582
13.3.4. Reconhecimento jurídico do pedido	582
14. PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	585
14.1. Introdução.....	585
14.2. Sumariedade formal.....	586
14.3. Valor da causa (art. 275, I, do CPC/1973).....	587

14.4.	Matérias (art. 275, II, do CPC/1973).....	588
14.4.1.	Arrendamento rural e parceria agrícola.....	588
14.4.2.	Cobranças ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio	589
14.4.3.	Ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico	589
14.4.4.	Ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre	589
14.4.5.	Cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução	590
14.4.6.	Cobrança de honorários de profissionais liberais.....	590
14.4.7.	Causas que versem sobre a revogação de doação	591
14.4.8.	Demais casos previstos em lei.....	591
14.5.	Petição inicial	591
14.6.	Citação	592
14.7.	Audiência de conciliação	594
14.8.	Presença das partes e patronos na audiência de conciliação.....	595
14.9.	Resposta do réu.....	596
14.10.	Casos de conversão em rito comum	597
14.11.	Intervenção de terceiros.....	598
15.	PETIÇÃO INICIAL	601
15.1.	Introdução.....	601
15.2.	Requisitos estruturais da petição inicial	602
15.2.1.	Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial	602
15.2.2.	Indicação das partes e sua qualificação	603
15.2.3.	Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido	605
15.2.4.	Pedido	605
15.2.5.	Valor da causa	606
15.2.6.	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	608
15.2.7.	Opção do autor quanto à realização da audiência de conciliação ou de mediação	609
15.3.	Documentos indispensáveis à propositura da demanda.....	610
16.	POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL.....	613
16.1.	Introdução.....	613
16.2.	Emenda da petição inicial	613
16.3.	Indeferimento da petição inicial.....	617
16.3.1.	Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação....	617
16.3.2.	Hipóteses de indeferimento da petição inicial	620
16.3.2.1.	Inépcia da petição inicial	620
16.3.2.2.	Manifesta ilegitimidade de parte.....	621
16.3.2.3.	Falta de interesse de agir.....	621
16.3.2.4.	Ausência de emenda da petição inicial.....	621

16.4.	Julgamento liminar de improcedência	621
16.4.1.	Introdução	621
16.4.2.	Requisitos para o julgamento de improcedência liminar	623
16.4.3.	Conduta do juiz	625
16.4.4.	Julgamento parcial de improcedência liminar?	626
16.4.5.	Julgamento da apelação pelo tribunal	627
16.5.	Citação	628
16.5.1.	Conceito	629
16.5.2.	Efeitos da citação	629
16.5.2.1.	Efeitos processuais	631
16.5.2.1.1.	Indução à litispendência	631
16.5.2.1.2.	Estabilização da demanda	631
16.5.2.2.	Efeitos materiais	632
16.5.2.2.1.	Tornar a coisa litigiosa	632
16.5.2.2.2.	Constituição em mora do devedor	633
16.5.2.2.3.	Interrupção da prescrição	634
16.5.3.	Modalidades de citação	635
16.5.3.1.	Correio	635
16.5.3.2.	Oficial de justiça	637
16.5.3.3.	Edital	640
16.5.3.4.	Meio eletrônico	642
16.5.3.5.	Comparecimento do réu em cartório	644
17.	AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	645
17.1.	Citação do réu para comparecimento à audiência de conciliação ou de mediação	645
17.2.	Conciliador e mediador	646
17.3.	Número de sessões	647
17.4.	Intimação do autor	648
17.5.	Desinteresse das partes na realização da audiência	649
17.6.	Não realização de audiência quando o direito material não admitir auto-composição	651
17.7.	Outras hipóteses de dispensa da audiência	651
17.8.	Desinteresse na realização da audiência e litisconsórcio	652
17.9.	Ato atentatório à dignidade da justiça	652
17.10.	Presença de advogado ou defensor público	653
17.11.	Representante com poderes para negociar e transigir	653
17.12.	Redução a termo da homologação por "sentença"	653
17.13.	Pauta	654
18.	RESPOSTAS DO RÉU	655
18.1.	Introdução	655

18.2.	Contestação	656
18.2.1.	Prazo	656
18.2.2.	Matérias de defesa.....	657
18.2.2.1.	Defesas processuais.....	658
18.2.2.1.1.	Defesas dilatórias.....	658
18.2.2.1.1.1.	Inexistência ou nulidade de citação (art. 337, I, do Novo CPC).....	658
18.2.2.1.1.2.	Incompetência do juízo (art. 337, II, do Novo CPC)	659
18.2.2.1.1.3.	Conexão/continência (art. 337, VIII, do Novo CPC)	661
18.2.2.1.2.	Defesas peremptórias	661
18.2.2.1.2.1.	Inépcia da petição inicial (art. 337, IV, do Novo CPC)	661
18.2.2.1.2.2.	Perempção (art. 337, V, do Novo CPC).....	661
18.2.2.1.2.3.	Litispêndência (art. 337, VI, do Novo CPC)...	662
18.2.2.1.2.4.	Coisa julgada (art. 337, VII, do Novo CPC) ...	663
18.2.2.1.2.5.	Convenção de arbitragem (art. 337, X, do Novo CPC)	663
18.2.2.1.2.6.	Carência da ação por falta de interesse de agir e ilegitimidade (art. 337, XI, do Novo CPC)	664
18.2.2.1.3.	Defesas dilatórias potencialmente peremptórias.....	664
18.2.2.1.3.1.	Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 337, IX, do Novo CPC)	664
18.2.2.1.3.2.	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (art. 337, XII, do Novo CPC)	665
18.2.2.1.3.3.	Incorreção do valor da causa (art. 337, III, do Novo CPC)	665
18.2.2.1.3.4.	Carência de ação por ilegitimidade de parte (art. 337, XI do Novo CPC)	667
18.2.2.1.3.5.	Indevida concessão do benefício da gratuidade de justiça (art. 337, XIII, do Novo CPC).....	670
18.2.2.2.	Defesas de mérito	670
18.2.2.2.1.	Defesa de mérito direta.....	670
18.2.2.2.2.	Defesa de mérito indireta	671
18.2.3.	Princípio da impugnação específica dos fatos	672
18.2.4.	Princípio da eventualidade	673
18.3.	Reconvenção	674
18.3.1.	Conceito	674
18.3.2.	Condições da ação.....	675
18.3.2.1.	Legitimidade de parte.....	675

18.3.2.2. Interesse de agir	677
18.3.3. Pressupostos processuais	678
18.3.4. Procedimento.....	679
19. REVELIA	683
19.1. Conceito	683
19.2. Efeitos.....	684
19.2.1. Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros	684
19.2.2. Desnecessidade de intimação do réu revel	688
19.2.3. Julgamento antecipado do mérito	689
19.3. Modificação objetiva da demanda	690
19.4. Ingresso do réu revel no processo	691
19.4.1. Participação do réu revel no procedimento probatório.....	692
19.4.1.1. Provas causais	692
19.4.1.2. Provas pré-constituídas.....	694
20. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	695
20.1. Providências preliminares	695
20.2. Julgamento conforme o estado do processo	697
20.2.1. Introdução	697
20.2.2. Extinção do processo sem a resolução do mérito.....	697
20.2.3. Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 487, II e III, do Novo CPC	698
20.2.4. Julgamento antecipado do mérito	699
20.2.5. Julgamento antecipado parcial do mérito	701
20.2.6. Saneamento e organização do processo	704
21. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	711
21.1. Introdução.....	711
21.2. Procedimento.....	713
21.2.1. Abertura e pregão das partes.....	713
21.2.2. Conciliação (tentativa de autocomposição).....	714
21.2.3. Fixação dos pontos controvertidos	715
21.2.4. Esclarecimentos do perito	716
21.2.5. Depoimento pessoal.....	716
21.2.6. Oitiva das testemunhas.....	717
21.2.7. Debates orais	717
21.2.8. Prolação da sentença.....	718
21.3. Audiência una e contínua	718
21.4. Adiamento da audiência	719
22. PROVAS.....	723
22.1. Teoria geral das provas.....	723

22.1.1.	Conceito de prova	723
22.1.2.	Espécies de prova	724
22.1.3.	A verdade possível e a verossimilhança.....	725
22.1.4.	A caducidade das expressões “verdade formal” e “verdade real”	726
22.1.5.	Direito à prova no processo civil.....	728
22.1.6.	Objeto da prova.....	729
22.1.6.1.	Exclusão do objeto de prova (art. 374 do Novo CPC).....	729
22.1.6.2.	Relevância e pertinência	730
22.1.6.3.	Fatos notórios	730
22.1.6.4.	Fatos confessados.....	731
22.1.6.5.	Ausência de controvérsia.....	731
22.1.6.6.	Presunção	732
22.1.6.7.	Prova do direito (art. 376 do Novo CPC).....	734
22.1.7.	Ônus da prova.....	734
22.1.7.1.	Regras de distribuição do ônus da prova.....	735
22.1.7.2.	Inversão do ônus da prova	737
22.1.7.3.	Momento de inversão do ônus da prova	739
22.1.7.4.	Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais.....	740
22.1.8.	A produção da prova de ofício (“poder” instrutório do juiz).....	741
22.1.9.	Preclusões para o juiz na atividade probatória	744
22.1.10.	Valoração da prova.....	745
22.1.11.	Prova emprestada	748
22.1.12.	Prova ilícita.....	751
22.1.12.1.	Proibição constitucional às provas ilícitas.....	752
22.1.13.	Provas atípicas	754
22.1.14.	Ação probatória autônoma.....	755
22.1.14.1.	Introdução	755
22.1.14.2.	Cabimento.....	755
22.1.14.3.	Competência	756
22.1.14.4.	Procedimento.....	757
22.2.	Provas em espécie	761
22.2.1.	Ata notarial	761
22.2.1.1.	Introdução	761
22.2.1.2.	Cabimento.....	762
22.2.1.3.	Procedimento.....	763
22.2.2.	Depoimento pessoal.....	764
22.2.2.1.	Conceito	764
22.2.2.2.	Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal.....	765
22.2.2.3.	Consequências do depoimento pessoal.....	766
22.2.2.4.	Procedimento.....	768

22.2.3.	Da confissão	770
22.2.3.1.	Conceito	770
22.2.3.2.	Espécies de confissão	771
22.2.3.3.	Indivisibilidade da confissão.....	772
22.2.3.4.	Invalidação da confissão	773
22.2.4.	Da exibição de documento ou coisa.....	774
22.2.4.1.	Conceito	774
22.2.4.2.	Aspectos procedimentais comuns	775
22.2.4.3.	Procedimento contra a parte contrária.....	776
22.2.4.4.	Procedimento contra terceiro.....	779
22.2.5.	Da prova documental.....	781
22.2.5.1.	Conceito	781
22.2.5.2.	Documento público e sua força probante	781
22.2.5.3.	Documento particular e sua força probante	782
22.2.5.4.	Arguição de falsidade documental.....	785
22.2.5.4.1.	Natureza jurídica e objeto	785
22.2.5.4.2.	Procedimento.....	786
22.2.5.5.	Produção da prova documental.....	787
22.2.6.	Da prova testemunhal.....	789
22.2.6.1.	Conceito	789
22.2.6.2.	Cabimento.....	790
22.2.6.3.	Sujeitos que podem testemunhar.....	791
22.2.6.4.	Direitos e deveres da testemunha	793
22.2.6.5.	Produção da prova testemunhal.....	795
22.2.7.	Da prova pericial	800
22.2.7.1.	Conceito e espécies.....	800
22.2.7.2.	Cabimento.....	800
22.2.7.3.	Procedimento.....	802
22.2.7.3.1.	Indicação do perito	802
22.2.7.3.2.	Escusa do perito	804
22.2.7.3.3.	Prova pericial complexa.....	805
22.2.7.3.4.	Substituição do perito.....	805
22.2.7.3.5.	Atos preparatórios.....	807
22.2.7.3.6.	Intimação prévia das partes.....	808
22.2.7.3.7.	Apresentação do laudo.....	808
22.2.7.4.	Prova pericial e audiência de instrução e julgamento	811
22.2.7.5.	Segunda perícia	812
22.2.7.6.	Princípio da persuasão racional e a prova pericial	813
22.2.8.	Da inspeção judicial.....	813
22.2.8.1.	Conceito	813
22.2.8.2.	Procedimento.....	814

23. SENTENÇA	817
23.1. Conceito legal de sentença.....	817
23.2. Classificação das sentenças.....	820
23.2.1. Conteúdo da sentença.....	820
23.2.1.1. Teoria ternária e teoria quinária.....	820
23.2.1.2. Sentença meramente declaratória	821
23.2.1.3. Sentença constitutiva	824
23.2.1.4. Sentença condenatória	825
23.2.1.5. Sentença executiva <i>lato sensu</i>	825
23.2.1.6. Sentença mandamental.....	826
23.2.2. Resolução de mérito.....	827
23.2.2.1. Sentenças terminativas (art. 485 do Novo CPC)	827
23.2.2.1.1. Indeferimento da petição inicial.....	827
23.2.2.1.2. Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes	827
23.2.2.1.3. Abandono do processo.....	828
23.2.2.1.4. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.....	830
23.2.2.1.5. Perempção, coisa julgada e litispendência.....	830
23.2.2.1.6. Carência da ação	831
23.2.2.1.7. Convenção de arbitragem	831
23.2.2.1.8. Desistência da ação.....	832
23.2.2.1.9. Direitos intransmissíveis.....	833
23.2.2.1.10. Repropositura da ação	834
23.2.2.2. Sentenças definitivas (art. 487 do Novo CPC).....	836
23.2.2.2.1. Acolhimento ou rejeição do pedido	837
23.2.2.2.2. Reconhecimento jurídico do pedido.....	837
23.2.2.2.3. Transação	838
23.2.2.2.4. Prescrição e decadência	838
23.2.2.2.5. Renúncia.....	838
23.3. Elementos da sentença.....	839
23.3.1. Relatório	839
23.3.2. Fundamentação	840
23.3.3. Dispositivo.....	841
23.3.4. Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença	842
23.4. Sentença líquida	842
23.5. Princípio da congruência	843
23.5.1. Conceito	843
23.5.2. Exceções ao princípio da congruência.....	845
23.6. Sentença <i>extra petita</i>	846
23.6.1. Conceito	846

23.6.2.	Recorribilidade da sentença <i>extra petita</i>	847
23.7.	Sentença <i>ultra petita</i>	848
23.7.1.	Conceito	848
23.7.2.	Recorribilidade da sentença <i>ultra petita</i>	848
23.8.	Sentença <i>citra petita (infra petita)</i>	849
23.8.1.	Conceito	849
23.8.2.	Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i>	850
23.9.	Situação fática no momento da prolação da sentença	853
23.10.	Modificação da sentença pelo juízo sentenciante	854
23.11.	Ações que tenham como objeto obrigação de fazer e não fazer	854
23.12.	Capítulos de sentença.....	855
24.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	857
24.1.	Natureza jurídica da liquidação	857
24.2.	Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis	857
24.3.	Títulos que podem ser objeto de liquidação.....	859
24.4.	Vedação à sentença ilíquida.....	859
24.5.	Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo	860
24.6.	Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença?.....	861
24.7.	Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada	863
24.8.	Liquidação como forma de frustração da execução	864
24.9.	Natureza jurídica da liquidação	867
24.10.	Legitimidade ativa	868
24.11.	Competência	868
24.12.	Regra da fidelidade ao título executivo (art. 509, § 4º, do novo CPC)	869
24.13.	Espécies de liquidação.....	870
24.13.1.	Introdução.....	870
24.13.2.	Liquidação por arbitramento	871
24.13.2.1.	Cabimento	871
24.13.2.2.	Procedimento.....	872
24.13.3.	Liquidação pelo procedimento comum	873
25.	COISA JULGADA	877
25.1.	Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	877
25.2.	Coisa julgada total e parcial.....	878
25.3.	Conceito e natureza jurídica.....	879
25.4.	Função negativa da coisa julgada.....	881
25.5.	Função positiva da coisa julgada	882
25.6.	Limites objetivos da coisa julgada.....	884
25.7.	Limites subjetivos da coisa julgada.....	890
25.8.	Eficácia preclusiva da coisa julgada	894
25.9.	Coisa julgada nas relações jurídicas de trato continuado	896

25.10. Relativização da coisa julgada.....	897
25.10.1. Introdução.....	897
25.10.2. Coisa julgada inconstitucional.....	897
25.10.3. Coisa julgada injusta inconstitucional.....	902
25.11. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	906
25.12. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	910
26. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	913
26.1. Introdução.....	913
26.2. Consignação extrajudicial.....	913
26.3. Competência.....	915
26.4. Legitimidade.....	916
26.5. Objeto da demanda consignatória.....	917
26.6. Procedimento.....	918
26.7. Complementação do depósito.....	920
26.8. Consignação de prestações sucessivas.....	922
26.9. Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito.....	923
26.10. Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios.....	924
27. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	927
27.1. Introdução.....	927
27.2. Legitimidade.....	928
27.3. Natureza dúplice.....	929
27.4. Competência.....	930
27.5. Procedimento.....	930
28. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	935
28.1. Proteção possessória.....	935
28.2. Fungibilidade.....	936
28.3. Ação dúplice?.....	937
28.4. Competência.....	938
28.5. Legitimação.....	939
28.6. Exceção de domínio.....	940
28.7. Cumulação de pedidos.....	941
28.8. Procedimento.....	942
28.8.1. Reintegração e manutenção de posse.....	942
28.8.2. Interdito proibitório.....	946
28.8.3. Especialidades procedimentais no litígio coletivo pela posse.....	947
29. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS.....	949
29.1. Introdução.....	949

29.2.	Procedimento da ação de demarcação	951
29.3.	Procedimento da ação de divisão.....	952
30.	AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	955
30.1.	Introdução.....	955
30.2.	Pretensões veiculáveis.....	956
30.3.	Legitimidade ativa	958
30.4.	Legitimidade passiva	959
30.5.	Procedimento.....	960
31.	AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA	963
31.1.	Introdução.....	963
31.2.	Inventário negativo	964
31.3.	Competência e universalidade do foro sucessório	965
31.4.	Questões que dependam de prova não documental	965
31.5.	Administrador provisório	966
31.6.	Inventariante	967
31.7.	Arrolamento sumário.....	969
31.8.	Arrolamento comum.....	971
31.9.	Procedimento do inventário.....	972
31.10.	Colaço.....	977
31.11.	Sonegação.....	979
31.12.	Pagamento das dívidas.....	979
31.13.	Herdeiro preterido	980
31.14.	Partilha.....	981
32.	EMBARGOS DE TERCEIRO	987
32.1.	Conceito.....	987
32.2.	Legitimação	988
32.2.1.	Legitimidade ativa – a condição de “terceiro”.....	988
32.2.2.	Legitimação passiva	992
32.3.	Competência	992
32.4.	Prazo para propositura dos embargos de terceiro.....	994
32.5.	Procedimento.....	995
33.	OPOSIÇÃO	999
33.1.	Objeto e natureza jurídica.....	999
33.2.	Procedimento.....	1000
34.	AÇÃO DE HABILITAÇÃO	1003
34.1.	Introdução.....	1003
34.2.	Procedimento.....	1004

35. AÇÕES DE FAMÍLIA	1007
35.1. Cabimento.....	1007
35.2. Incentivo às formas consensuais do conflito	1007
35.3. Audiência de mediação e conciliação.....	1008
35.4. Ministério Público	1010
35.5. Depoimento pessoal do incapaz.....	1010
36. AÇÃO MONITÓRIA.....	1011
36.1. Conceito	1011
36.2. Natureza jurídica.....	1012
36.3. Admissibilidade	1013
36.4. Fazenda Pública e ação monitória	1016
36.5. Incapaz e ação monitória	1017
36.6. Propositura da monitória	1018
36.7. Citação do réu	1020
36.8. Posturas do réu	1020
36.9. A natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório	1022
36.10. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente	1023
36.11. O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material	1023
36.12. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória	1025
36.13. O mérito no processo monitório e seu julgamento.....	1026
36.14. Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório.....	1029
36.15. Procedimento dos embargos ao mandado monitório.....	1031
36.16. Fase de cumprimento de sentença	1034
37. HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	1037
37.1. Introdução.....	1037
37.2. Natureza jurídica.....	1038
37.3. Homologação extrajudicial.....	1038
37.4. Penhor legal e autotutela	1039
37.5. Procedimento.....	1041
38. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	1045
38.1. Declaração de abertura de avaria grossa.....	1045
38.2. Oferecimento de garantias.....	1045
38.3. Impugnação à declaração de abertura de avaria grossa	1046
38.4. Levantamento de valores para o pagamento das despesas da alienação... ..	1046
38.5. Apresentação de documentos.....	1047
38.6. Apresentação do regulamento de avaria grossa	1047

38.7.	Impugnação.....	1047
38.8.	Sentença “homologatória”	1048
38.9.	Regulador e perito judicial.....	1048
39.	AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	1049
39.1.	Introdução.....	1049
39.2.	Legitimidade.....	1050
39.3.	Competência	1050
39.4.	Procedimento.....	1051
40.	FORMAS EXECUTIVAS	1053
40.1.	Introdução.....	1053
40.2.	Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva	1053
40.3.	Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta)	1056
41.	PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO	1061
41.1.	Introdução.....	1061
41.2.	<i>Nulla executio sine titulo</i>	1061
41.3.	Patrimonialidade.....	1063
41.4.	Desfecho único.....	1064
41.5.	Disponibilidade da execução	1065
41.6.	Utilidade.....	1068
41.7.	Menor onerosidade	1068
41.8.	Lealdade e boa-fé processual	1070
41.9.	Contraditório	1073
41.10.	Atipicidade dos meios executivos.....	1074
42.	SUJEITOS PROCESSUAIS NA EXECUÇÃO	1077
42.1.	Introdução.....	1077
42.2.	Diferentes espécies de legitimidade na execução	1078
42.2.1.	Polo ativo.....	1078
42.2.2.	Polo passivo.....	1079
42.3.	Legitimação ativa	1079
42.3.1.	Credor a quem a lei confere título executivo	1079
42.3.2.	Legitimidade do Ministério Público.....	1080
42.3.3.	Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores	1082
42.3.4.	Legitimidade do cessionário e do sub-rogado.....	1083
42.4.	Legitimidade passiva	1084
42.4.1.	Sujeito que figura no título como devedor.....	1084
42.4.2.	Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores.....	1084
42.4.3.	Novo devedor	1084
42.4.4.	Fiador.....	1085

42.4.5.	Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito	1087
42.4.6.	Responsável tributário.....	1088
42.4.7.	Legitimidade do responsável secundário	1089
42.5.	Intervenção de terceiros na execução.....	1091
42.5.1.	Intervenções típicas.....	1091
42.5.2.	Intervenções atípicas	1093
43.	COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO.....	1095
43.1.	Competência do cumprimento de sentença (título executivo judicial).....	1095
43.1.1.	Introdução	1095
43.1.2.	Competência executiva dos tribunais	1095
43.1.3.	Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição.....	1096
43.1.3.1.	Exceções à regra do art. 516, II, do Novo CPC	1098
43.1.3.2.	Trâmite dos autos entre diferentes juízos.....	1099
43.1.3.3.	A regra do art. 516, parágrafo único, do Novo CPC e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	1100
43.1.4.	Competência para o cumprimento de sentença arbitral, penal condenatória, decisão homologatória de sentença estrangeira e acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo	1102
43.2.	Competência do processo de execução (título executivo extrajudicial)	1103
44.	TÍTULO EXECUTIVO	1105
44.1.	Introdução.....	1105
44.2.	Requisitos formais da obrigação exequenda	1107
44.3.	Títulos executivos judiciais.....	1108
44.3.1.	Sentença proferida no processo civil que reconheça a exigibilidade de uma obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa	1108
44.3.2.	Decisão homologatória de autocomposição judicial.....	1113
44.3.3.	Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.....	1114
44.3.4.	Formal e certidão de partilha	1115
44.3.5.	Crédito de auxiliar da justiça quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.....	1115
44.3.6.	Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	1116
44.3.7.	Sentença arbitral.....	1119
44.3.8.	Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.....	1120
44.3.9.	Decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça	1121
44.4.	Títulos executivos extrajudiciais.....	1122
44.4.1.	Introdução	1122

44.4.2.	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque	1122
44.4.3.	Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor	1123
44.4.4.	Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.....	1124
44.4.5.	Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal	1125
44.4.6.	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução	1126
44.4.7.	Contrato de seguro de vida em caso de morte	1126
44.4.8.	Crédito decorrente de foro e laudêmio.....	1127
44.4.9.	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio	1128
44.4.10.	Certidão de dívida ativa da fazenda pública da União, Estado, Distrito Federal, território e município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	1128
44.4.11.	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas em convenção de condomínio ou aprovadas em assembleia-geral, desde que documentalmente comprovadas.....	1129
44.4.12.	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei	1130
44.4.13.	Todos os demais títulos, aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva	1130
45.	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	1131
45.1.	Obrigação e responsabilidade patrimonial	1131
45.2.	Inexistência de responsabilidade pessoal.....	1132
45.3.	Bens que respondem pela satisfação na execução.....	1133
45.4.	Impenhorabilidade de bens.....	1134
45.4.1.	Patrimônio mínimo e dignidade humana	1134
45.4.2.	As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro.....	1135
45.4.2.1.	Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução (art. 833, I, do Novo CPC).....	1136
45.4.2.2.	Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 833, II, do Novo CPC)	1137
45.4.2.3.	Vestuários e pertencentes de uso pessoal (art. 833, III, do Novo CPC)	1138
45.4.2.4.	Ganhos aptos a manter a subsistência do executado (art. 833, IV, do Novo CPC)	1139

45.4.2.5.	Bens necessários ou úteis ao exercício profissional (art. 833, V, do Novo CPC).....	1144
45.4.2.6.	Seguro de vida (art. 833, VI, do Novo CPC)	1146
45.4.2.7.	Materiais necessários para obras em andamento (art. 833, VII, do Novo CPC).....	1147
45.4.2.8.	Pequena propriedade rural trabalhada pela família (art. 833, VIII, do Novo CPC).....	1147
45.4.2.9.	Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social (art. 833, IX, do Novo CPC).....	1148
45.4.2.10.	Valores depositados em caderneta de poupança (art. 833, X, do Novo CPC)	1149
45.4.2.11.	Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político (art. 833, XI, do Novo CPC)	1150
45.4.2.12.	Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (art. 833, XII, do Novo CPC).....	1150
45.5.	Responsabilidade patrimonial de imóvel submetido ao regime do direito de superfície.....	1151
45.6.	Responsabilidade patrimonial secundária	1151
45.6.1.	Bens do sucessor a título singular	1152
45.6.2.	Bens do sócio, nos termos da lei	1153
45.6.3.	Bens do devedor, ainda que em poder de terceiros	1154
45.6.4.	Bens do cônjuge e do companheiro, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação, respondem pela dívida....	1154
45.6.5.	Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução	1158
45.6.6.	Bens cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores.....	1159
45.6.7.	Bens do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica	1159
45.7.	Fraudes do devedor	1160
45.7.1.	Fraude contra credores.....	1161
45.7.2.	Fraude à execução.....	1163
46.	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA.....	1171
46.1.	Conceito	1171
46.2.	Caução na execução provisória.....	1172
46.2.1.	Função.....	1172
46.2.2.	Natureza jurídica.....	1173
46.2.3.	Requisitos formais.....	1174
46.2.4.	Momento de prestação da caução.....	1174
46.2.5.	Atuação de ofício?	1175

46.3.	Dispensa da caução	1176
46.4.	Responsabilidade objetiva do exequente.....	1178
46.5.	Formalização dos autos da execução provisória	1179
46.6.	Cabimento de multa pelo não pagamento	1181
46.7.	Execução provisória contra a Fazenda Pública.....	1182
46.8.	Honorários advocatícios	1183
47.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER.....	1185
47.1.	Introdução.....	1185
47.2.	Aspectos procedimentais.....	1186
47.3.	Tutela específica e conversão em perdas e danos	1187
47.3.1.	Vontade do exequente	1187
47.3.2.	Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente.....	1189
47.3.3.	Onerosidade excessiva	1189
47.3.4.	Procedimento da conversão em perdas e danos.....	1190
47.4.	Atipicidade das formas executivas.....	1190
47.4.1.	Prisão civil.....	1191
47.5.	Multa coercitiva.....	1193
47.5.1.	Introdução.....	1193
47.5.2.	Valor da multa	1194
47.5.3.	Beneficiado pela multa.....	1195
47.5.4.	Fazenda Pública em juízo.....	1195
47.5.5.	Alteração do valor e periodicidade da multa	1196
47.5.6.	Exigibilidade da multa	1199
47.5.7.	Termo inicial da multa e intimação do devedor.....	1202
48.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA.....	1203
48.1.	Introdução.....	1203
48.2.	Aspectos procedimentais.....	1204
49.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA	1205
49.1.	Introdução.....	1205
49.2.	Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença	1205
49.3.	Requerimento inicial.....	1206
49.4.	Aparente excesso dos cálculos.....	1208
49.5.	Intimação do executado	1209
49.6.	Cumprimento da obrigação	1211
49.7.	Não pagamento no prazo de 15 dias	1211

49.7.1.	Introdução.....	1211
49.7.2.	Fixação de honorários advocatícios.....	1212
49.7.3.	Aplicação de multa de 10% sobre o valor exequendo.....	1214
49.7.4.	Protesto extrajudicial da sentença.....	1215
49.7.5.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes..	1215
49.7.6.	Expedição do mandado de penhora e avaliação.....	1215
49.7.7.	Termo inicial da contagem de prazo para impugnação.....	1216
50.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER	1217
50.1.	Introdução.....	1217
50.2.	Execução das obrigações de fazer.....	1218
50.3.	Execução das obrigações de não fazer.....	1222
51.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA	1225
51.1.	Execução de entrega de coisa certa.....	1225
51.2.	Execução de entrega de coisa incerta.....	1228
52.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA	1231
52.1.	Início do processo de execução.....	1231
52.1.1.	Petição inicial.....	1231
52.1.2.	Averbação da execução.....	1236
52.1.3.	Pronunciamento que determina a citação do executado.....	1239
52.1.4.	Não localização do executado e de seus bens.....	1240
52.1.5.	Arresto executivo.....	1241
52.1.6.	Posturas do executado citado.....	1242
52.2.	Pagamento parcelado.....	1244
52.2.1.	Introdução.....	1244
52.2.2.	Pagamento parcelado: moratória legal?.....	1245
52.2.3.	Requisitos formais.....	1246
52.2.4.	Procedimento.....	1248
52.2.5.	Inadimplemento das parcelas.....	1249
52.3.	Penhora.....	1249
52.3.1.	Definição e efeitos.....	1249
52.3.2.	Ordem legal da penhora.....	1252
52.3.3.	Da documentação da penhora, de seu registro e do depósito.....	1255
52.3.3.1.	Depósito do bem penhorado.....	1255
52.3.3.2.	Intimação da penhora.....	1255
52.3.4.	Do lugar de realização da penhora.....	1256
52.3.5.	Penhora de dinheiro pelo sistema BacenJud (on-line).....	1257
52.3.6.	Penhora de percentual do faturamento de empresa devedora.....	1263
52.3.7.	Procedimento da penhora.....	1265
52.3.8.	Substituição do bem penhorado.....	1267

52.3.9.	Penhoras especiais.....	1269
52.4.	Avaliação.....	1275
52.5.	Formas de expropriação.....	1278
52.5.1.	Introdução.....	1278
52.5.2.	Adjudicação	1279
52.5.2.1.	Introdução.....	1279
52.5.2.2.	Novo sistema de adjudicação.....	1280
52.5.2.3.	Momento da adjudicação.....	1280
52.5.2.4.	Intimação do executado.....	1282
52.5.2.5.	Valor da adjudicação.....	1282
52.5.2.6.	Legitimados a adjudicar	1283
52.5.2.7.	Concurso de pretendentes à adjudicação	1284
52.5.2.8.	Forma de escolha do sujeito quando houver pluralidade de pretendentes a adjudicar.....	1285
52.5.2.9.	Auto de adjudicação.....	1287
52.5.2.10.	Adjudicação provisória.....	1287
52.6.	Alienação por iniciativa particular	1288
52.6.1.	Introdução.....	1288
52.6.2.	Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido.....	1288
52.6.3.	Alienação por corretor ou leiloeiro público credenciado perante a autoridade judiciária.....	1289
52.6.4.	Requisitos para a alienação	1290
52.7.	Arrematação	1292
52.7.1.	Introdução.....	1292
52.7.2.	Requisitos formais do leilão judicial	1293
52.7.3.	Publicidade do edital.....	1295
52.7.4.	Comunicações do leilão judicial	1296
52.7.5.	Realização do leilão judicial	1299
52.7.6.	Leilão judicial por meio eletrônico.....	1300
52.7.7.	Legitimados a arrematar	1300
52.7.8.	Procedimento do leilão judicial	1302
52.7.9.	Arrematação viciada.....	1306
52.7.10.	Alienação antecipada	1308
52.8.	Entrega de dinheiro ao credor	1309
53.	EXECUÇÕES ESPECIAIS.....	1313
53.1.	Execução de prestação alimentícia.....	1313
53.1.1.	Introdução.....	1313
53.1.2.	Forma executiva.....	1315
53.1.2.1.1.	Introdução.....	1315
53.1.2.1	Procedimento.....	1316
53.1.2.1.1	Introdução	1316

53.1.2.1.2.	Diferentes procedimentos.....	1317
53.1.2.1.3.	Execução por sub-rogação.....	1318
53.1.2.1.4.	Execução indireta – Protesto.....	1319
53.1.2.1.5.	Execução indireta – Prisão civil.....	1320
53.2.	Execução contra a fazenda pública.....	1325
53.2.1.	Introdução.....	1325
53.2.2.	Forma executiva.....	1327
53.2.3.	Procedimento.....	1327
53.2.3.1.	Cumprimento de sentença.....	1327
53.2.3.2.	Processo de execução.....	1329
53.2.4.	Regime dos precatórios.....	1330
53.2.5.	Compensação em favor da Fazenda Pública.....	1332
53.2.6.	Emenda Constitucional 62/2009 (A EC do Calote).....	1333
53.2.7.	Dispensa de precatório.....	1335
53.2.8.	Preterição no pagamento.....	1336
54.	DEFESAS DO EXECUTADO.....	1339
54.1.	Introdução.....	1339
54.2.	Embargos à execução.....	1339
54.2.1.	Natureza jurídica dos embargos.....	1339
54.2.2.	Garantia do juízo.....	1340
54.2.3.	Prazo dos embargos.....	1341
54.2.4.	Competência.....	1343
54.2.5.	Rejeição liminar dos embargos.....	1344
54.2.5.1.	Intempestividade dos embargos.....	1345
54.2.5.2.	Indeferimento da petição inicial.....	1346
54.2.5.3.	Julgamento liminar de improcedência.....	1347
54.2.5.4.	Embargos manifestamente protelatórios.....	1347
54.2.6.	Efeito suspensivo.....	1349
54.2.6.1.	Requisitos.....	1349
54.2.6.2.	Ausência de preclusão judicial.....	1352
54.2.6.3.	Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo.....	1353
54.2.6.4.	Suspensão parcial do processo.....	1354
54.2.7.	Procedimento dos embargos à execução.....	1354
54.2.7.1.	Início do procedimento.....	1354
54.2.7.2.	Revelia.....	1356
54.2.7.3.	Outras reações.....	1357
54.2.7.4.	Decisão dos embargos.....	1358
54.2.7.5.	Matérias que podem ser objeto de embargos à execução.....	1360
55.2.7.5.1.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	1360
55.2.7.5.2.	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1361

54.2.75.3.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	1362
54.2.75.4.	Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa	1365
54.2.75.5.	Incompetência absoluta ou relativa	1366
54.3.	Impugnação.....	1366
54.3.1.	Natureza jurídica.....	1366
54.3.2.	Matérias alegáveis em sede de impugnação	1367
54.3.2.1.	Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia.....	1368
54.3.2.2.	Ilegitimidade de parte.....	1368
54.3.2.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	1369
54.3.2.4.	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1370
54.3.2.5.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	1370
54.3.2.6.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.	1370
54.3.2.7.	Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença.....	1370
54.3.3.	Procedimento.....	1371
54.4.	Exceção e objeção de pré-executividade	1374
54.4.1.	Análise histórica.....	1374
54.4.2.	Problemas de terminologia.....	1375
54.4.3.	Defesa executiva atípica.....	1376
54.4.4.	Requisitos para a admissão da exceção de pré-executividade e objeção	1377
54.4.5.	Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade	1378
54.4.6.	Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade.....	1380
55.	SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1383
55.1	Introdução.....	1383
55.2	Suspensão da execução	1383
55.2.1.	Causas gerais de suspensão.....	1383
55.2.2.	Defesa típica do executado	1385
55.2.3.	Não localização de bens e prescrição intercorrente	1385
55.2.4.	Ausência de interessados na aquisição do bem penhorado.....	1387
55.2.5.	Moratória legal	1388
55.3	Extinção da execução.....	1388
56.	PRECEDENTES JUDICIAIS.....	1389
56.1.	Precedente, decisão, jurisprudência e súmula.....	1389
56.2.	Jurisprudência estável, íntegra e coerente.....	1392
56.2.1.	Introdução.....	1392
56.2.2.	Dever de uniformização da jurisprudência	1392

56.2.3.	Jurisprudência estável.....	1394
56.2.4.	Jurisprudência íntegra.....	1394
56.2.5.	Jurisprudência coerente	1395
56.3.	(In)constitucionalidade do art. 927 do novo CPC	1395
56.4.	Eficácia vinculante	1396
56.4.1.	Introdução.....	1396
56.4.2.	Controle concentrado de constitucionalidade.....	1398
56.4.3.	Enunciados de Súmulas Vinculantes.....	1400
56.4.4.	Precedentes criados em julgamento de casos repetitivos e no incidente de assunção de competência.....	1400
56.4.5.	Enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infra-constitucional.....	1401
56.4.6.	Orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados	1401
56.4.7.	Eficácia <i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i> da novidade legislativa.....	1401
56.4.8.	Cabimento de reclamação constitucional.....	1402
56.5.	Precedente brasileiro e <i>precedents</i> na tradição da <i>common law</i>	1404
56.6.	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	1405
56.7.	Fundamentação	1407
56.8.	Divulgação	1408
56.9.	Distinção (<i>distinguishing</i>).....	1409
56.10.	Superação da tese jurídica (<i>overruling</i>).....	1410
56.10.1.	Introdução.....	1410
56.10.2.	Motivos para superação	1410
56.10.3.	Fundamentação da decisão de superação.....	1412
56.10.4.	Modulação dos efeitos da superação.....	1412
56.10.5.	Procedimento.....	1414
57.	ORDEM DOS PROCESSOS E RECURSOS NO TRIBUNAL.....	1417
57.1.	Distribuição.....	1417
57.2.	Prevenção	1418
57.3.	Podere do relator	1419
57.3.1.	Introdução.....	1419
57.3.2.	Direção do processo	1420
57.3.3.	Tutela provisória	1421
57.3.4.	Inadmissibilidade recursal.....	1421
57.3.5.	Decisão monocrática que nega provimento	1421
57.3.6.	Decisão monocrática que dá provimento	1422
57.3.7.	Vedação de julgamento monocrático do recurso.....	1423
57.3.8.	Julgamento monocrático do reexame necessário e dos processos de competência originária	1424

57.3.9. Demais incumbências.....	1424
57.3.10. Oportunidade de saneamento de vícios.....	1424
57.4. Fato superveniente.....	1425
57.5. Ordem no julgamento	1426
57.6. Sustentação oral	1426
57.7. Matérias conhecíveis de ofício	1429
57.8. Formalidades do acórdão	1429
57.9. Julgamento virtual.....	1430
57.10. Técnica de julgamento substitutiva dos embargos infringentes.....	1430
57.11. Saneamento de vício	1433
58. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	1435
58.1. Cabimento.....	1435
58.2. Procedimento.....	1438
58.3. O que afinal é julgado quando o incidente de assunção de competência é admitido?.....	1439
59. DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	1443
59.1. Controle de constitucionalidade.....	1443
59.2. Legitimidade ativa e momento de suscitação.....	1444
59.3. Instauração do incidente	1444
59.4. Rejeição e admissão do incidente pelo órgão fracionário	1445
59.5. Não cabimento do incidente	1446
59.6. Procedimento perante o plenário ou órgão especial.....	1447
59.7. Julgamento	1447
60. CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	1449
60.1. Conceito	1449
60.2. Legitimidade.....	1450
60.3. Competência para o julgamento do conflito.....	1451
60.4. Procedimento.....	1452
61. HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXE- QUATUR À CARTA ROGATÓRIA	1455
61.1. Introdução.....	1455
61.2. Ação constitutiva necessária?	1455
61.3. Forma processual de homologação	1456
61.4. Decisão interlocutória estrangeira	1457
61.5. Homologação de sentença arbitral	1457
61.6. Eficácia em território nacional.....	1457
61.7. Decisão estrangeira não judicial.....	1458
61.8. Homologação parcial.....	1458
61.9. Tutela de urgência	1458

61.10.	Execução fiscal.....	1459
61.11.	Decisão estrangeira de divórcio consensual.....	1459
61.12.	Decisão estrangeira concessiva de medida de urgência.....	1460
61.13.	Tutela da evidência	1460
61.14.	Requisitos indispensáveis para a homologação da decisão	1461
61.15.	Competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira.....	1462
61.16.	Competência para a execução	1462
62.	AÇÃO RESCISÓRIA	1463
62.1.	Natureza jurídica.....	1463
62.2.	Conceito de rescindibilidade	1464
62.3.	Objeto da rescisão	1464
62.3.1.	Decisão de mérito.....	1464
62.3.2.	Decisão que não é de mérito	1466
62.4.	Hipóteses de cabimento	1468
62.4.1.	Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz.....	1468
62.4.2.	Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo.....	1469
62.4.3.	Dolo ou coação da parte vencedora e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei.....	1469
62.4.4.	Ofensa à coisa julgada.....	1470
62.4.5.	Violação manifesta de norma jurídica.....	1471
62.4.6.	Prova falsa	1473
62.4.7.	Obtenção de documento novo.....	1475
62.4.8.	Erro de fato.....	1477
62.5.	Fundamento para invalidar sentença homologatória de mérito.....	1478
62.6.	Legitimidade.....	1478
62.7.	Competência	1481
62.8.	Prazo	1483
62.8.1.	Prazo e termo inicial gerais.....	1483
62.8.2.	Termos iniciais diferenciados.....	1486
62.9.	Ação rescisória e cumprimento executivo do julgado.....	1486
62.10.	Procedimento.....	1488
62.10.1.	Petição inicial	1488
62.10.2.	Reações do juiz diante da petição inicial	1490
62.10.3.	Resposta do réu.....	1490
62.10.4.	Atividade saneadora	1491
62.10.5.	Fase probatória.....	1492
62.10.6.	Manifestações finais	1492
62.10.7.	Julgamento	1493
63.	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	1495
63.1.	Cabimento.....	1495

63.2	Legitimidade para requerer a instauração do incidente	1498
63.3.	Competência	1500
63.4.	Divulgação	1502
63.5.	Sujeitos com legitimidade para participar do incidente.....	1503
63.6.	Instauração.....	1504
63.7.	Admissão do incidente	1504
63.8.	Poderes do relator	1508
63.9.	Julgamento e seus efeitos.....	1510
63.10.	Julgamento do IRDR e do recurso, reexame necessário e ação de competência originária do tribunal.....	1512
63.11.	Juizados Especiais	1514
63.12.	Desistência ou abandono do processo.....	1515
63.13.	Recursos	1516
64.	RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	1521
64.1.	Natureza jurídica.....	1521
64.2.	Cabimento.....	1524
64.2.1.	Forma de preservação da competência do tribunal.....	1525
64.2.2.	Forma de garantir a autoridade da decisão do tribunal.....	1525
64.2.3.	Garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade	1528
64.2.4.	Forma de garantir a observância de súmula vinculante.....	1529
64.2.5.	Forma de garantir a observância de precedente proferido em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência	1531
64.2.6.	Forma de garantir a observância de precedente proferido em repercussão geral e recurso excepcional repetitivo	1532
64.3.	Procedimento.....	1533
64.3.1.	Introdução	1533
64.3.2.	Petição inicial	1533
64.3.3.	Prazo	1536
64.3.4.	Posturas do relator ao receber a reclamação constitucional.....	1537
64.3.5.	Reações dos interessados	1538
64.3.6.	Julgamento	1539
65.	CONCEITO DE RECURSOS E SUCEDÂNEOS RECURSAIS	1541
65.1.	Introdução.....	1541
65.1.1.	Sucedâneos recursais internos.....	1543
65.1.1.1.	Reexame necessário	1543
65.1.1.2.	Correição parcial	1547
65.1.1.3.	Pedido de reconsideração	1548
65.1.1.4.	Impugnação e embargos à execução.....	1550

65.1.2.	Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação).....	1550
65.1.2.1.	Generalidades.....	1550
65.1.2.2.	Mandado de segurança contra ato judicial	1551
66.	CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	1555
66.1.	Introdução.....	1555
66.2.	Objeto imediato do recurso	1555
66.3.	Fundamentação recursal (causa de pedir).....	1556
66.4.	Abrangência da matéria impugnada.....	1557
66.5.	Independência ou subordinação.....	1558
67.	EFEITOS RECURSAIS	1563
67.1.	Introdução.....	1563
67.2.	Efeito obstativo	1563
67.3.	Efeito devolutivo.....	1564
67.4.	Efeito suspensivo.....	1567
67.5.	Efeito translativo.....	1572
67.6.	Efeito expansivo.....	1575
67.7.	Efeito substitutivo	1577
67.8.	Efeito regressivo	1577
67.9.	Efeito diferido	1578
68.	PRINCÍPIOS RECURSAIS	1579
68.1.	Duplo grau de jurisdição	1579
68.1.1.	Conceito	1579
68.1.2.	Vantagens do duplo grau de jurisdição	1581
68.1.3.	Desvantagens do duplo grau de jurisdição.....	1581
68.1.4.	O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional?	1582
68.2.	Taxatividade (legalidade)	1583
68.3.	Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade).....	1585
68.4.	Voluntariedade	1589
68.5.	Dialeticidade	1589
68.6.	Fungibilidade	1591
68.6.1.	Dúvida fundada a respeito do recurso cabível	1594
68.6.2.	Inexistência de erro grosseiro.....	1595
68.6.3.	Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor	1596
68.7.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1597
68.8.	Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	1599
68.9.	Complementaridade	1600
68.10.	Consumação.....	1601

68.11. Primazia do julgamento do mérito recursal.....	1602
69. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	1605
69.1. Introdução.....	1605
69.2. Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal.....	1607
69.2.1. Cabimento.....	1607
69.2.2. Legitimidade recursal.....	1609
69.2.2.1. Partes.....	1609
69.2.2.2. Terceiro prejudicado.....	1611
69.2.2.3. Ministério Público.....	1612
69.2.3. Interesse recursal.....	1613
69.2.3.1. Necessidade.....	1613
69.2.3.2. Adequação.....	1619
69.2.4. Inexistência de ato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer.....	1620
69.2.4.1. Desistência.....	1620
69.2.4.2. Renúncia.....	1622
69.2.4.3. Aquiescência.....	1623
69.3. Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal.....	1624
69.3.1. Tempestividade.....	1624
69.3.2. Preparo.....	1630
69.3.3. Regularidade formal.....	1634
70. JUÍZO DE MÉRITO.....	1637
70.1. Introdução.....	1637
70.2. Causa de pedir: <i>error in procedendo</i> e <i>error in iudicando</i>	1637
70.3. Pedido.....	1638
70.4. Esclarecimento e integração.....	1639
71. APELAÇÃO.....	1641
71.1. Cabimento.....	1641
71.2. Objeto da impugnação.....	1642
71.2. Procedimento.....	1646
71.2.1. Introdução.....	1646
71.2.2. Procedimento no 1.º grau de jurisdição.....	1648
71.2.3. Procedimento no tribunal de segundo grau.....	1650
71.3. Novas questões de fato.....	1650
71.4. Julgamento imediato do mérito da ação pelo tribunal no julgamento da apelação.....	1652
71.4.1. Introdução.....	1652
71.4.2. Teoria da causa madura.....	1653
71.4.3. Hipóteses de novo julgamento do mérito da ação pelo tribunal....	1655

72. AGRAVO.....	1657
72.1. Introdução.....	1657
72.2. Agravo de instrumento	1658
72.2.1. Cabimento	1658
72.2.2. Instrução do agravo de instrumento – peças processuais	1669
72.2.2.1. Peças obrigatórias.....	1671
72.2.2.2. Peças facultativas.....	1672
72.2.2.3. Peças essenciais	1673
72.2.3. Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau.....	1674
72.2.4. Procedimento.....	1676
72.2.4.1. Propositura.....	1676
72.2.4.2. Distribuição	1676
72.2.4.3. Negativa de seguimento liminar	1677
72.2.4.4. Tutela de urgência	1677
72.2.4.5. Intimação do agravo para a apresentação de contrarrazões	1679
72.2.4.6. Oitiva do Ministério Público	1681
72.2.4.7. Julgamento do agravo	1682
72.2.4.8. Agravo de instrumento pendente de julgamento e prolação de sentença	1682
72.3. Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau	1686
72.3.1. Agravo interno.....	1686
72.3.1.1. Cabimento.....	1686
72.3.1.2. Procedimento.....	1687
72.3.2. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	1692
73. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1695
73.1. Natureza jurídica.....	1695
73.2. Cabimento.....	1696
73.2.1. Pronunciamentos recorríveis	1697
73.2.2. Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração.....	1698
73.3. Procedimento.....	1701
73.4. Efeito interruptivo dos embargos de declaração	1703
73.4.1. Embargos de declaração intempestivos	1704
73.4.2. Reiteração abusiva de embargos de declaração manifestamente protelatórios	1705
73.5. Embargos de declaração – intempestividade <i>ante tempus</i>	1705
73.6. Manifesto caráter protelatório	1706
73.7. Embargos de declaração atípicos.....	1708
73.7.1. Embargos de declaração com efeito modificativo.....	1709
73.7.2. Embargos de declaração com efeitos infringentes.....	1710

74. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	1711
74.1. Introdução.....	1711
74.2. Cabimento.....	1713
74.2.1. Processos internacionais	1713
74.2.2. Recurso ordinário em mandado de segurança	1714
74.2.3. Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção	1715
75. RECURSO ESPECIAL	1717
75.1. Hipóteses de cabimento	1717
75.1.1. Pressupostos cumulativos.....	1717
75.1.1.1. Decisão de única ou última instância.....	1717
75.1.1.2. Decisão proferida por tribunal.....	1718
75.1.1.3. Prequestionamento	1721
75.1.2. Pressupostos alternativos.....	1722
75.1.2.1. Decisão que contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal	1723
75.1.2.2. Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	1724
75.1.2.3. Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	1724
76. RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1727
76.1. Hipóteses de cabimento	1727
76.1.1. Pressupostos cumulativos.....	1727
76.1.1.1. Decisão de única ou última instância.....	1727
76.1.1.2. Prequestionamento	1728
76.1.1.3. Repercussão geral	1730
76.1.2. Requisitos específicos.....	1738
76.1.2.1. Decisão que contrariar dispositivo constitucional.....	1738
76.1.2.2. Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal	1739
76.1.2.3. Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.....	1739
76.1.2.4. Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal.....	1740
77. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL	1741
77.1. Procedimento.....	1741
77.2. Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito.....	1746
77.3. Efeitos dos recursos federais	1748
77.3.1. Efeito devolutivo.....	1748
77.3.2. Efeito suspensivo.....	1750

77.4.	Julgamento por amostragem.....	1751
77.4.1.	Cabimento.....	1751
77.4.2.	Instauração.....	1752
77.4.3.	Suspensão dos processos que versem sobre a mesma controvérsia jurídica	1754
77.4.4.	Procedimento.....	1757
77.4.5.	Eficácia <i>ultra partes</i> e vinculante do julgamento.....	1760
78.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	1763
78.1.	Introdução.....	1763
78.2.	Cabimento.....	1763
78.2.1.	Acórdão embargado	1766
78.2.2.	Acórdão paradigma.....	1767
78.3.	Procedimento.....	1768
79.	LIVRO COMPLEMENTAR DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	1769
79.1.	<i>Vacatio legis</i>	1769
79.2.	Aplicação imediata	1770
79.3.	Procedimento sumário e procedimentos especiais	1770
79.4.	Direito probatório	1771
79.5.	Direito de preferência.....	1772
79.6.	Procedimento comum.....	1773
79.7.	Cadastro das pessoas jurídicas de direito público para receberem comunicações por meio eletrônico	1773
79.8.	Insolvência civil.....	1775
79.9.	Atos processuais eletrônicos	1776
79.10.	Depósitos em dinheiro	1776
79.11.	Tutela provisória requerida contra a Fazenda Pública.....	1776
79.12.	Preparo recursal na Justiça Federal.....	1776
79.13.	Nulidade da sentença arbitral como matéria de impugnação ao cumprimento de sentença	1777
79.14.	Juizados especiais	1777
79.15.	Embargos de declaração no processo em trâmite na justiça eleitoral	1779
79.16.	Pesquisas estatísticas periódicas pelo Conselho Nacional de Justiça.....	1780
79.17.	Usucapião extrajudicial.....	1780
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1783